

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Mesa da Assembleia
 - 1.2 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 9/7/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem do deputado Mário Henrique Caixa, relativas aos meses de março e abril de 2018. Após, por meio da Deliberação nº 2.677/2018, a Mesa altera a Deliberação nº 2.598/2014, que dispõe sobre os procedimentos licitatórios, a celebração e a execução de contratos no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad –, tendo como objeto a autorização para utilização pública de obras musicais, lítero-musicais e fonogramas, nas programações da Licenciada – parecer favorável à contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, *caput* e inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Gil Pereira referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. A seguir, a Mesa opina favoravelmente à concessão de licença especial remunerada, para candidatura a cargo eletivo, com início em 7 de julho e término na véspera do pleito, ao servidor Haroldo Dartagnan de Carvalho, de conformidade com os termos do art. 1º, inciso II, alínea “I” da Lei Complementar Federal nº 64, de 1990, da Resolução nº 18.019, de 1992, do Tribunal Superior Eleitoral, e do inciso II do art. 171 da Deliberação da Mesa nº 269, de 1983. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 16 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de julho de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 16/7/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: I) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de junho de 2018, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; II) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de junho de 2018, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; III) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 30/6/2018, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 2009. Ainda nessa parte da reunião, a Mesa, ao examinar o segundo pedido de reconsideração interposto pelo Consórcio AZ3 & Fazenda Comunicação contra a Decisão da Mesa de 24/4/2018, ratificadas por meio de Julgamento de Pedido de Reconsideração de 7/6/2018, decide: a) não conhecer o pedido de reconsideração apresentado em 21/6/2018, uma vez que foram exauridas as instâncias administrativas do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais, mantendo-se a Decisão de 24/4/2018 na sua totalidade, para ratificar a aplicação das sanções nela previstas; b) indeferir o pedido de revogação do Contrato nº 31/2018, celebrado com a empresa Casablanca Comunicação e Marketing Ltda. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, serviço de hospedagem, contratação de seguro no caso de viagem ao exterior, locação de veículos na localidade de destino, traslados e recepção em aeroportos – parecer favorável à prorrogação excepcional, sem reajuste de preço, pelo período de quatro meses ou até que se ultime processo licitatório para contratação de mesmo objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Belocopy Comércio de Equipamentos Reprográficos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de cópia e impressão, incluindo equipamentos, manutenção e insumos, exceto papel – parecer favorável à prorrogação excepcional, pelo período de seis meses ou até conclusão de procedimento licitatório para contratação de mesmo objeto, e à revisão dos valores cobrados pelas cópias franqueadas e pelas cópias excedentes, visando ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa autoriza a abertura do Pregão Eletrônico nº 53/2018, cujo objeto é a contratação de serviços de limpeza e conservação, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico. A seguir, a Mesa opina favoravelmente à concessão de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, à servidora Marta Parker Andrade Oliveira, pelo período de dois anos, a partir de 17 de agosto de 2018, nos termos do art. 161 da Resolução nº 800, de 1967 e do art. 8º da Deliberação da Mesa nº 2.586, de 2014. Logo após, a Mesa manifesta-se favorável à concessão do Adicional de Desempenho – ADE, nos termos da Lei nº 17.590/2008, alterada pela Lei nº 20.693/2013, regulamentada pela Deliberação da Mesa nº 2.421/2008 – alterada pelas Deliberações da Mesa nºs 2.517/2011, 2.540/2012, 2.568/2013, e 2.660/2017 – e 2.432/2008, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas, e homologou a indicação das servidoras Kelly Cristina de Campos Cardoso e Thábata Filizola Costa, aptas à obtenção do ADE, no ano de 2018. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário*

Administrativo, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, designando Gilcemar do Couto de Araújo para a função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, Gerência de Sistemas Corporativos; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nos 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16 de julho de 2018, a servidora Gisélia Coppoli Ramalho, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c o art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16 de julho de 2018, o servidor Luiz Fernandes de Assis, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Consultor; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16 de julho de 2018, o servidor Sérgio Menezes Brant, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Analista de Sistemas, no exercício de Função Gratificada de Nível Superior. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 23 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de julho de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 23/7/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Claro S.A., tendo como objeto o direito de uso de 4.5 Mhz de capacidade espacial em satélite – banda C – parecer favorável à substituição da contratada Star One S.A. pela Claro S.A., em face da transferência das outorgas de direito de exploração dos satélites brasileiros da primeira para a segunda empresa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a cooperação institucional visando a maximizar as ações de polícia judiciária necessárias ao exercício de mandato eletivo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa

nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 30 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 30 de julho de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 13/8/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza nova alteração no painel eletrônico de votações do plenário, a pedido das deputadas Geisa Teixeira e Marília Campos, e dos deputados André Quintão, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Paulo Guedes, Rogério Correia e Ulysses Gomes, de modo a constar, no painel, os nomes parlamentares originais dos referidos deputados; 2ª) mantém a decisão da pregoeira pelo indeferimento do recurso apresentado pela pregoante Stoque Soluções Tecnológicas Ltda., referente ao Pregão Eletrônico nº 50/2018, tendo como objeto a locação de equipamentos para execução de cópia e impressão digital em preto e branco, com manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de peças e insumos. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a cessão de mão de obra de 28 empregados para atividades de vigias/porteiros, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e materiais – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Milhas Turismo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de transporte de passageiros em ônibus, com motorista – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 42/2018, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Hely Tarquínio referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, nas dependências da Casa e seus anexos, com fornecimento de materiais e equipamentos – parecer favorável à prorrogação, em caráter excepcional, pelo prazo de seis meses ou até que se ultime procedimento licitatório para contratação de mesmo objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa autoriza o Pregão Eletrônico nº 44/2018, para contratação de serviços de condução de veículos automotores, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 20 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 20 de agosto de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 20/8/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.679/2018, altera a Deliberação da Mesa nº 2.610/2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Manga, tendo como objeto a transmissão do sinal da TV Assembleia – parecer favorável ao distrato do Convênio nº 45/2011, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Hely Tarquínio referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termos de aditamento aos convênios celebrados entre esta Assembleia Legislativa e os Municípios de Barão de Cocais, Carandaí, Carneirinho, Conceição de Ipanema, Conceição do Mato Dentro, Coração de Jesus, Entre Rios de Minas, Itambacuri, Itanhomi, Limeira do Oeste, Nova Era, Nova Serrana, Perdizes, Pirajuba, Pirapora, Santa Vitória, São Francisco Sales, Serro e Três Corações, tendo como objeto a transmissão de sinal da TV Assembleia – parecer favorável à substituição de equipamentos de transmissão do sinal digital da TV Assembleia, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termos de aditamento aos convênios celebrados entre esta Assembleia Legislativa e os Municípios de Aimorés, Araújos, Arcos, Cambuí, Campo Belo, Candeias, Catas Altas, Caxambu, Cláudio, Congonhas, Extrema, Itacarambi, Itamarandiba, Itapeçerica, Luz, Nanuque, Oliveira, Ouro Fino, Paineiras, Pedrinópolis, Santo Antônio do Amparo, São João del Rey, São João Nepomuceno, Três Marias, Três Pontas e Ubá, tendo como objeto a instalação de equipamentos de transmissão da TV Assembleia – parecer favorável à rescisão dos convênios, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Sul Americana Tecnologia e Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de acesso dedicado à internet – parecer favorável à contratação, através da Adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 16/2017, realizado pela União, por intermédio da Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, designando Gabriel Nunes Moraleida Gomes para a função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Polícia Legislativa; nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, nomeando Yuri Silvestre Barbosa para o cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de analista de sistemas, Área II – Administração de Rede, em virtude de sua classificação em 1º (primeiro) lugar em concurso público na lista de candidatos com deficiência e em 7º (sétimo) lugar na lista geral de classificação. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 27 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 27 de agosto de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 27/8/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.680/2018, dispõe sobre a sindicância administrativa no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de credenciamento a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação dos Servidores Aposentados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Aplemg, tendo como objeto a averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores inativos da Casa, em ocorrência de interesse comum das partes – parecer favorável ao credenciamento, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo protocolo de intenções a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, tendo como objeto o apoio técnico-pedagógico à implantação do Projeto Câmara-Escola – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de condução de veículos automotores - parecer favorável à revisão de preços em razão de convenção coletiva de trabalho, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção no Sistema Eletrônico para Votação – SEV-2000 – instalado no Plenário da Casa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Suporte Técnico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 22/8/2018, a servidora Maria Telma Costa Oliveira Hahn, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 3 de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de setembro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 5/7/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa opina favoravelmente à concessão de licença especial remunerada, para candidatura a cargo eletivo, com início em 7 de julho e término na véspera do pleito, ao servidor Ronaldo Teixeira da Silveira, de conformidade com os termos do art. 1º, inciso II, alínea “I” da Lei Complementar Federal nº 64/1990, da Resolução nº 18.019/1992, do Tribunal Superior Eleitoral, e do inciso II do art. 171 da Deliberação da Mesa nº 269/1983. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 9 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de julho de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 30/7/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Gustavo Corrêa referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação nas dependências da Casa, com o fornecimento de materiais e equipamentos necessários – parecer favorável ao decréscimo quantitativo de 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) ao objeto do contrato, em razão da readequação do número de prestantes, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis, tendo como objeto a prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras – para a língua portuguesa e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, em eventos, atividades diversas e projetos institucionais da Casa, ou por ela promovidos, com cessão de uso de imagem – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Apoio às Comissões, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Precisa Conservação e Limpeza Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de mecânica automotiva e manobra de veículos – parecer favorável à revisão de preço decorrente de convenção coletiva de trabalho, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a MCI Tecnologia e Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações nas dependências da Casa – parecer favorável à revisão de preço em razão de reajuste oriundo da Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à concessão de prorrogação de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, ao servidor

Sérgio Pompeu de Freitas Campos, no período de 1º de agosto a 30 de setembro de 2018, nos termos dos arts. 147 e 161 da Resolução nº 800, de 1967. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de agosto de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 2/8/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre o pagamento de diárias para alimentação e reembolso das despesas com transporte rodoviário aos representantes da sociedade civil eleitos para integrar o Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual da Política para a População em Situação de Rua. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.678/2018, a Mesa altera as Deliberações nºs 2.432/2008, que dispõe sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa; e 2.421/2008, que regulamenta o Adicional de Desempenho – ADE – no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Agile Empreendimentos e Serviços Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de atendimento telefônico e telemarketing receptivo e ativo – parecer favorável à revisão de preço decorrente de convenção coletiva de trabalho, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a cessão de mão de obra de 28 empregados para atividades de vigias/porteiros, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e materiais – parecer favorável à revisão específica do preço por dissídio ou acordo coletivo para manutenção de equilíbrio econômico-financeiro, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa, a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e a Unidata Automação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos e de fornecimento de combustível – parecer favorável à revisão de preços do álcool, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa opina favoravelmente à concessão de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, à servidora Paula Fernandes Furbino Bretas, pelo período de dois anos, a partir de 6 de agosto de 2018, nos termos do art. 161 da Resolução nº 800, de 1967 e do art. 8º da Deliberação da Mesa nº 2.586/2014. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 13 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de agosto de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO E DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/8/2015

Às 14h15min, comparecem ao Praia Clube de Uberlândia os deputados Antonio Carlos Arantes e Felipe Attiê, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; o deputado Anselmo José Domingos, membro da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude. Estão presentes, também, os deputados Leonídio Bouças, Luiz Humberto Carneiro, Elismar Prado e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião destas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater estratégias de desenvolvimento e apoio ao esporte na região assim como a participação do Praia Clube nesses assuntos, haja vista tratar-se de um relevante centro de formação, desenvolvimento e incremento da prática esportiva e do turismo cultural e de negócios que está completando 80 anos de sua fundação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Carlos Henrique Alves da Silva, secretário de Secretaria de Estado de Esportes; Ronaldo Alves Pereira, secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Uberlândia; Francisco Otávio Vianna, presidente da Associação das Agências de Viagens do Triângulo Mineiro; Cícero Heraldo Oliveira Novaes, presidente do Clube de Dirigentes Lojistas de Uberlândia – CDL; Guilherme Guarte De Agostini, diretor da Universidade Federal de Uberlândia; Márcio Teixeira Nobre, diretor presidente da Fundação Uberlandense de Turismo Esporte e Lazer–FUTEL; Renato Batista dos Santos, presidente da Liga Uberlandense de Futebol; Carlos Augusto Ribeiro Ferreira Braga, presidente e diretor financeiro do Uberlândia Esporte Clube; Antônio Carlos Carrijo, vice-presidente do Clube de Caça e Pesca Itororó de Uberlândia, representando João dos Reis Cândido Rodrigues, diretor de esportes; Camilo William de Carvalho, diretor de esportes do Cajubá Country Clube; Edson Eduardo Rodrigues de Oliveira, membro do Conselho Regional de Educação Física de Minas Gerais – CREF; Pedro Paulo Schwindt, diretor financeiro, representando Luís Gustavo Fernandes, presidente em exercício da Uberlândia Convention & Visitors Bureau; Vereador Vico, representando Alexandre Nogueira da Costa, presidente da Câmara Municipal de Uberlândia; Alenir Rodrigues, representante dos Clubes do Futebol Amador; e Túlio Simão, gerente-geral do Hotel Executive Inn. A presidência concede a palavra ao deputado Deputado Felipe Attiê, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro 2015.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 16/10/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para a solenidade de posse do Sr. Cláudio Mota Campos como deputado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 24.019, que dispõe sobre o acesso a dados de vítimas, testemunhas e de agentes de segurança pública constantes de registros de evento de defesa social – Reds. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.020, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 24.022, que institui a política estadual de incentivo e apoio à construção de cisternas nas zonas rurais do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.026, que autoriza o Poder Executivo a realizar a operação de crédito que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.035, que altera a Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.828/2017, do deputado Antônio Jorge, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão aos filhos de pessoas com hanseníase. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.000/2018, do governador do Estado, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.201/2018, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos nºs 11.532/2018, do deputado Hely Tarquínio, e 11.556/2018, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 16/10/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.418/2018, do deputado Duarte Bechir; 11.508/2018, do deputado André Quintão; 11.518/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago; e 11.523/2018, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/10/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/10/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/10/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/10/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Iran Barbosa, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/10/2018, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.407/2017****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Roberto Andrade, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Núcleo de Esportes e Cidadania, com sede no Município de Viçosa.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Núcleo de Esportes e Cidadania, com sede no Município de Viçosa, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem com o escopo o fomento de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico esportivo, de lazer e educativo para a população.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover e incentivar a realização de eventos esportivos e de lazer em escolas e comunidades no município.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido Associação Núcleo de Esportes e Cidadania em prol do acesso a desporto em Viçosa, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.407/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2018.

Fábio Avelar, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.113/2018**Comissão de Desenvolvimento Econômico****Relatório**

De autoria do deputado Nozinho, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Prestação de Serviços de João Monlevade – Acimon –, com sede no Município de João Monlevade e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Desenvolvimento Econômico.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.113/2018 na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua os termos do art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.113/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Prestação de Serviços de João Monlevade – Acimon –, com sede no Município de João Monlevade.

A Comissão de Constituição e Justiça relatou em seu parecer que foi constatado o inteiro atendimento às exigências para que o referido órgão seja declarado de utilidade pública, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

No que compete a esta comissão, cabe salientar que a Acimon tem como objetivos buscar o desenvolvimento e a prosperidade do comércio, da indústria e da prestação de serviços do seu município, interferir nos debates de problemas técnicos, sociais e econômicos de âmbito municipal de interesse dos associados, contribuir para o fortalecimento da livre empresa, lutar pelos interesses de seus associados. Julgamos, portanto, que a entidade presta inegáveis serviços ao seu município e consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.113/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2018.

Fábio Avelar Oliveira, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.193/2018**Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Roberto Andrade, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Cerrado Esporte Clube, com sede no Município de Turmalina.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública o Cerrado Esporte Clube, com sede no Município de Turmalina, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática e a difusão do desporto.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, proporcionar a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, principalmente o futebol, visando à prevenção à dependência do álcool e outras drogas, além de incentivar a prática e competição de diversas modalidades de esporte amador, inclusive o futebol feminino e categorias de base, nos termos da legislação vigente.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Cerrado Esporte Clube, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.193/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2018.

Fábio Avelar Oliveira, relator



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/10/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adriana Beatriz Silva Ramos, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;

exonerando Amélia Gonçalves dos Reis Calçado, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

exonerando Danielle de Faria Costa, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;

exonerando Demetrio Antônio Ferreira Neto, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;

exonerando Gabriela Dulgheroff Novais, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;

exonerando Lourdes do Carmo Fernandes Militão, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando Renata Alves Thomazini, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;

nomeando Alex Cássio Mariano da Cruz, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Felipe Alfredo do Espírito Santo Saraiva, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Jessyca Pereira de Araújo, padrão VL-29, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;

nomeando João Daniel Maximiano Pereira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando José Natale de Oliveira, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;
nomeando Juliana Thomazini Miranda, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;
nomeando Luciana dos Santos, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;
nomeando Marina Nepomuceno Prata, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;
nomeando Miguel Paulo de Mesquita, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Lerin;
nomeando Patrícia Batista Ferreira Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 63, I, c/c o art. 50 do Regimento Interno, a presidência convoca o Sr. Claudio Mota Campos, segundo suplente da Coligação PTB/SD, para tomar posse como deputado estadual, em virtude da vaga decorrente da perda de mandato do deputado Missionário Márcio Santiago e da renúncia ao direito do Sr. Marques Batista de Abreu, primeiro suplente da coligação.

Palácio da Inconfidência, 15 de outubro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

Pregão Eletrônico nº 29/2018

Objeto: aquisição de materiais para cabeamento estruturado.

Fica a licitante Sirley Martins Borges ME notificada da instauração do Processo Administrativo Sancionatório nº 30.790/2018, nos termos do art. 101 da Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.598/2014, e da abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de defesa.

Belo Horizonte, 15 outubro de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 74/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Centro de Documentação de Radiografia Odontológica – Crodort. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica na especialidade Raios X. Vigência: 60 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 76/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Santiago & Santiago Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO N° 85/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Port Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda. Objeto: aquisição de suprimentos de informática. Vigência: 12 meses, improrrogáveis. Licitação: Pregão Eletrônico nº 76/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701.2009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO N° 130/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: cessão de mão de obra de 28 empregados para atividades de vigias/porteiros, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e materiais que se fizerem necessários. Objeto do aditamento: correção de erro material na indicação do preço global anual no Termo de Aditamento nº 120/2018, que estabeleceu a 4ª prorrogação contratual. Vigência: 12 meses, de 12/9/2018 a 11/9/2019, inclusive. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO N° 138/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Eletra Tecnologia e Informática Ltda. – EPP. Objeto: aquisição de *transceivers*. Objeto do aditamento: inclusão de 1 unidade de *transceiver* ao objeto do Contrato nº 72/2018, com acréscimo de 16,7% ao valor inicial do contrato. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.